



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

LEI Nº 1.976/09.

“INSTITUI A SEPARAÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS NO ÂMBITO DA PREFEITURA E CAMARA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS E SUA DESTINAÇÃO ÀS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições constitucionais,

Faço saber que a Câmara Municipal Decreta e eu sanciono a seguinte Lei: na forma do Art. 105, parágrafo único, inciso I da Resolução nº 264/03 – Regimento Interno da Câmara Municipal,

Art. 1º - A Prefeitura e a Câmara de Municipal de Alagoinhas deverão separar os seus resíduos recicláveis descartados e destiná-los às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Art. 2º - Para fins do disposto neste Projeto de Lei, considera-se:

I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e,

II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitado pela Prefeitura e Câmara Municipal.

Art. 3º - Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pela Prefeitura e Câmara Municipal as associações e cooperativas de catadores de materiais que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;
II – não possuam fins lucrativos;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

III - possuam infra-estrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados e,

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

Art. 4º - A Prefeitura e a Câmara Municipal passarão a separar os resíduos produzidos em todos os seus setores em, no mínimo, três tipos: a) papel; b) plástico, metal e vidro e, c) resíduos orgânicos.

I – Da Prefeitura: As lixeiras coloridas deverão ficar dispostas uma ao lado da outra de maneira acessível, em cada secretaria e órgãos congêneres, formando conjuntos de acordo com os tipos de resíduos e seguindo os padrões de cores que segue: azul: papel/papelão; vermelho: plástico; verde: vidro; amarelo: metal e; marrom: resíduos orgânicos.

II – Da Câmara Municipal: As lixeiras coloridas deverão ficar dispostas uma ao lado da outra de maneira acessível, em cada setor e gabinete parlamentar e nas demais dependências da Câmara Municipal de Alagoinhas, formando conjuntos de acordo com os tipos de resíduos e seguindo os padrões de cores que segue: azul: papel/papelão; vermelho: plástico; verde: vidro; amarelo: metal e; marrom: resíduos orgânicos.

Art. 5º - Para o cumprimento desta Lei será necessário:

I - a implantação de lixeiras em locais acessíveis e de fácil visualização para os diferentes tipos de lixo produzidos nas dependências da Prefeitura e da Câmara Municipal de Alagoinhas;

II - o recolhimento periódico dos resíduos coletados e o envio destes para locais adequados, que garantam o seu bom aproveitamento, ou seja, a reciclagem.

Art. 6º - É de responsabilidade da Prefeitura e da Câmara Municipal de Alagoinhas realizar a troca das lixeiras comuns pelas de Coleta Seletiva.

Art. 7º - O uso de lixeiras para Coleta Seletiva dentro dos sanitários não será obrigatório.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

Art. 8º - A viabilização do uso das lixeiras para os usuários e servidores da Prefeitura e da Câmara Municipal de Alagoinhas obedecerá aos seguintes dispositivos:

Parágrafo único - haverá próxima a cada conjunto de lixeiras, uma placa explicativa sobre o uso destas e o significado de suas respectivas cores.

Art. 9º - A coordenação do Programa ficará a cargo de uma comissão composta por servidores dos respectivos poderes, instituída por portaria, devendo ainda realizar campanhas educativas através de cursos e palestras, que resultem na publicitação da Coleta Seletiva.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta Lei ficarão a cargo da Prefeitura e da Câmara Municipal de Alagoinhas.

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALAGOINHAS, em 18 de junho de 2009.

PAULO CÉZAR SIMÕES SILVA
PREFEITO